

# RESUMO EXECUTIVO

A política tributária é um instrumento essencial para reduzir a desigualdade. Este relatório, encomendado pelo Brasil no âmbito da Presidência da PTLAC<sup>1</sup> ao Observatório Fiscal Internacional (ITO), analisa a progressividade dos sistemas tributários na América Latina e no Caribe (ALC), com ênfase nas limitações que enfrentam ao tributar indivíduos com patrimônio muito elevado. Essa falha contribui para que a região se posicione como a segunda mais desigual do mundo.

Após avaliar diferentes opções de reforma para corrigir a regressividade na faixa de renda mais alta, o relatório conclui que o instrumento mais eficaz é o Imposto Mínimo Efetivo sobre a Riqueza (IMER). São apresentadas estimativas de arrecadação para Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai: um imposto mínimo de 2% geraria um total próximo de US\$ 24 bilhões anuais, equivalente a cerca de 0,6% do PIB dos países analisados.

O Imposto Mínimo Efetivo sobre a Riqueza não é um imposto adicional: é um mecanismo de piso e uma proposta inédita. Se os impostos já pagos sobre a renda e a riqueza não atingirem o limite mínimo, a diferença é cobrada. Nenhum sistema tributário da região contempla hoje esse mecanismo. Sua lógica não é substituir outros impostos, mas corrigir a anomalia de que as grandes fortunas enfrentam alíquotas efetivas inferiores às do restante da população.

**1. A desigualdade patrimonial caracteriza-se por uma acentuada concentração de riqueza no topo da distribuição.** A riqueza dos bilionários da região multiplicou-se por seis entre 2000 e 2026, passando de US\$ 117 bilhões para cerca de US\$ 700 bilhões. Em contrapartida, o patrimônio dos 50% mais pobres da região permaneceu praticamente estagnado. Se essa trajetória de concentração acelerada observada nesse período se mantiver, a riqueza dos bilionários poderá se aproximar de US\$ 2 trilhões por volta de 2040.

**2. Os sistemas tributários da região não corrigem a desigualdade e, em geral, são regressivos.** Os 50% mais pobres destinam, em média, cerca de 30% de sua renda ao pagamento de impostos, sendo o grupo que, proporcionalmente, mais paga impostos. Em contrapartida, os 1% mais ricos pagam, em média, cerca de 22%.

**3. Os ultra-ricos pagam alíquotas de imposto consideravelmente mais baixas do que o restante da população.** Os 0,01% mais ricos pagam, em média, apenas 20% no Brasil e 11% no Chile, em ambos

os casos, metade da média da população. Isso se deve ao fato de que eles podem estruturar sua riqueza de modo a gerar pouca ou nenhuma renda tributável. Ao não declarar renda, acabam pagando menos impostos – considerando a carga tributária total – do que o restante da população.

**4. As reformas tradicionais são insuficientes para corrigir a baixa tributação no topo da distribuição.** O relatório avalia diferentes propostas de reforma para enfrentar a regressividade tributária no topo. As alternativas convencionais, como aumentos do imposto de renda pessoal, revelam-se pouco eficazes para corrigir essa anomalia. A forma mais eficaz de fazê-lo é por meio de um imposto mínimo efetivo sobre a riqueza.

**5. Um imposto mínimo efetivo sobre a riqueza tem alto potencial de arrecadação na região.** Em um cenário central, um imposto mínimo de 2% sobre patrimônios superiores a US\$ 100 milhões poderia gerar cerca de US\$ 24 bilhões anuais (equivalentes a 0,6 ponto do PIB regional). Uma versão mais ambiciosa, com alíquota de 3%, atingiria US\$ 36 bilhões (0,9 ponto do PIB regional).

<sup>1</sup>[Plataforma Permanente para a Cooperação Tributária na América Latina e no Caribe](#)